

Por Alexandre Sammogini



Uma pesquisa realizada no início de agosto com as associadas da Abrapp levantou informações relacionadas às discussões sobre as mudanças na regulação do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e sua Análise de Impacto Regulatório (AIR). As propostas estão sendo analisadas e elaboradas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) através de atividades de grupos de trabalho constituídos para essa finalidade.

Em fevereiro de 2022, o Grupo de Trabalho (GT) começou a se reunir para elaborar a proposta de uma nova resolução para modernização das regras do PGA. No decorrer dos debates, foi identificada a exigência de elaboração da Análise de Impacto Regulatório, de acordo com o Decreto n. 10.411/2020. Para isso, foi constituído um segundo GT para elaboração da análise, tendo iniciado seu trabalho em julho passado.

Para subsidiar as discussões sobre o tema, os representantes da Abrapp no GT – Geraldo de Assis Souza Jr, Secretário-Geral da Comissão Técnica de Contabilidade; e Eduardo Lamers, Assessor da Superintendência – propuseram a realização da pesquisa. Para isso, foi enviado um questionário no início de agosto, tendo as respostas recebidas até o dia 12 do mesmo mês. Os principais resultados foram os seguintes:

- 68% das entidades pretendem fazer ou fizeram ações de fomento recentemente;
- 74% indicam necessidade de recursos para investimento em tecnologia visando o fomento;
- 70% desejam mais flexibilidade no regramento do Fundo Administrativo;
- 85% avaliam favoravelmente a discussão realizada no âmbito do Grupo de Trabalho;
- 79% entendem que o Fundo Administrativo deve ser da entidade, não dos planos;
- 86% já realizam análise de viabilidade administrativa, com periodicidades diversas.

Apesar do pouco tempo para o envio das respostas, a pesquisa contou com a expressiva participação de 100 entidades de diferentes portes, natureza e complexidade. “Vale destacar a heterogeneidade da amostra, com a participação de entidades de todos os portes, patrocinadas por entes e empresas públicas, patrocínio privado e também instituídas, o que dá uma boa dimensão não apenas da existência de um problema pontual, mas que afeta todo o segmento”, comenta Eduardo Lamers.

Em conversas e debates anteriores sobre o assunto, a Abrapp já havia identificado a demanda pela

flexibilização das regras do PGA. Mas foi com a pesquisa que se confirmou a amplitude dessa demanda com dados mais precisos.

“O resultado da pesquisa reitera o sentimento que tínhamos em contatos anteriores com as entidades em relação à necessidade de flexibilização do PGA, justamente para dar maior poder discricionário para a utilização dos recursos constituídos no fundo administrativo”, diz o Assessor da Superintendência da Abrapp.

Geraldo de Assis explica que um dos itens importantes da atividade do GT é justamente ouvir o mercado. “A Abrapp já tinha conversado antes de propor a flexibilização das regras do PGA. Identificamos que um grande dificultador na questão do fomento é a forma como o PGA é gerido hoje, com a vinculação do fundo administrativo aos planos previdenciários”, comenta. Ele diz que as regras atuais são prejudiciais para o fomento de novos planos e isso está prejudicando a sustentabilidade da entidade como um todo, principalmente dos planos mais maduros. “Os novos planos é que poderão manter a viabilidade de todos os planos da entidade”, diz.

Ele analisa que o resultado da pesquisa confirma que as entidades querem investir em fomento, direcionando recursos para o investimento em melhorias tecnológicas e projetos comerciais de novos planos. “O problema é que os recursos do PGA estão presos aos planos. Houve uma pequena flexibilização em 2018, que permitiu o uso de parte do fundo administrativo para fomento. Mas como a regra permitiu o uso de sobras apenas a partir de janeiro de 2018, a grande maioria das entidades não se beneficiou com a mudança”, afirma Geraldo.

O Secretário-Executivo da CT de Contabilidade da Abrapp diz que o resultado do levantamento aposta claramente que maioria das EFPC deseja que os recursos fiquem vinculados ao PGA da entidade, permanecendo disponíveis para o fomento. Ele destaca que, um ponto importante, é que as entidades não gastarão esses recursos aleatoriamente. “Estamos propondo o fortalecimento da estrutura de governança. Haverá toda uma estrutura constituída para orientar a aplicação dos recursos do PGA”, comenta. Ele espera que o trabalho do GT resulte em uma proposta adequada para a aprovação do CNPC.

O GT que discute o AIR da proposta do PGA está se reunindo semanalmente desde o final de julho. A última reunião foi realizada nesta segunda-feira, 29 de agosto, na qual foi apresentada íntegra dos resultados da pesquisa para todos os membros do GT. O grupo também começou a trabalhar nos objetivos específicos da Análise de Impacto. A expectativa é que até o final deste ano seja apresentada e aprovada a nova resolução com as regras do PGA para o setor.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 30.08.2022.